



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recursos de Agravo em Apelação Cível nº 273032-9

Agravantes: Município do Cabo de Santo Agostinho e Rivadavia
Ribeiro de Souza Neto

Agravados: Os mesmos

Procuradora: Renata Muniz Evangelista

Advogado: Sávio Delano Vasconcelos Pereira

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE GUARDA MUNICIPAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.886/00. INEXISTÊNCIA DE MARGEM DE DISCRICIONARIEDADE PARA QUE A ADMINISTRAÇÃO PUDESSE DECIDIR SOBRE AS CONDIÇÕES DE SUA APLICAÇÃO. HONORÁRIOS MANTIDOS EM 5% SOBRE A CONDENAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 20, §4º DO CPC. RECURSOS DE AGRAVO IMPROVIDOS À UNANIMIDADE.

1 - A pretensão do autor é de que seja implantada nos seus proventos a Gratificação de Exercício de Função, no patamar de 20% (vinte por cento), tal como estabelece a Lei Municipal nº 1.886/00.

2 - Compulsando os autos, constata-se que o argumento usado pela Administração Pública para não cumprir a letra da lei é de que a implantação da referida gratificação é ato discricionário. No entanto, a Lei Municipal nº 1.886/00, sobretudo no seu art. 57, II, no particular aqui analisado, não deixou margem para que a Administração pudesse decidir sobre as condições de sua aplicação.

3- Considerada a pequena complexidade da causa, o trabalho desenvolvido pelo patrono do autor nos autos, e, sobretudo, o critério de equidade, entendo como adequada a redução, já procedida em sede de apelação, dos honorários advocatícios para 5% (cinco por cento) do valor da condenação.

4- Recursos improvidos à unanimidade.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

175
Ao

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recursos de Agravo em Apelação Cível nº 273032-9, em que figuram como agravantes o Município do Cabo de Santo Agostinho e Rivadávia Ribeiro de Souza Neto e como agravados as mesmas partes.

Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 02/05/2013, à unanimidade de votos, em conhecerem dos recursos acima descritos, para negar-lhes provimento, tudo na conformidade dos Votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 02/05/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



176
20

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recursos de Agravo em Apelação Cível nº 273032-9

Agravantes: Município do Cabo de Santo Agostinho e Rivadávia
Ribeiro de Souza Neto

Agravados: Os mesmos

Procuradora: Renata Muniz Evangelista

Advogado: Sávio Delano Vasconcelos Pereira

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Cuidam-se de recursos de agravo interpostos contra decisão que, com base no art. 557, §1º-A do CPC, deu provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, para reduzir a condenação aos limites do pleito formulado pelo autor, bem como para minorar a verba honorária para 5% (cinco por cento) do valor da condenação, mantendo-se no mais a sentença que determinou a implantação da gratificação de 20% pelo desempenho de função e pagamento das parcelas vencidas, desde março de 2004 até a data do cumprimento da obrigação.

Em suas razões recursais, o autor pugna pela reforma da decisão quanto à fixação dos honorários, pugnando pela majoração para 15% sobre o valor da condenação.

O Município, por sua vez, sustentou que a sentença afrontou os princípios inerentes à Administração Pública, sobretudo, legalidade e eficiência, acrescentando ser discricionário para a Administração o ato que determina a implantação da gratificação objeto da lide. Ao final requer a redução da carga honorária.

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao julgamento desta Segunda Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 02/05/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



477
no

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recursos de Agravo em Apelação Cível nº 273032-9

Agravantes: Município do Cabo de Santo Agostinho e Rivadávia
Ribeiro de Souza Neto

Agravados: Os mesmos

Procuradora: Renata Muniz Evangelista

Advogado: Sávio Delano Vasconcelos Pereira

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

Trata-se, como visto, de recurso de agravo interposto contra decisão que, com base no art. 557, §1º-A do CPC, deu provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, para reduzir a condenação aos limites do pleito formulado pelo autor, bem como para minorar a verba honorária para 5% (cinco por cento) do valor da condenação, mantendo-se no mais a sentença que determinou a implantação da gratificação de 20% pelo desempenho de função e pagamento das parcelas vencidas, desde março de 2004 até a data do cumprimento da obrigação.

Em que pesem os argumentos jurídicos declinados nas razões recursais, entendo que não merece prosperar a tese trazida pelo Recorrente, senão vejamos.

Adentrando no cerne da lide, verifico que a pretensão do autor é de que seja implantada nos seus proventos a Gratificação de Exercício de Função, no patamar de 20% (vinte por cento), tal como estabelece a Lei Municipal nº 1.886/00.

É sabido que, em se tratando de aplicação de lei, o princípio da legalidade é a garantia que o cidadão tem de ver respeitados os seus direitos individuais. Portanto, não pode a Administração Pública se eximir de cumprir a lei alegando falta de previsão orçamentária, já que, para ser a lei elaborada, mister se faz considerar a exequibilidade da mesma quando de sua promulgação. Logo, antes da aprovação de uma lei, o Chefe do Poder Executivo deve verificar a sua viabilidade orçamentária.

Ademais, não se trata, no presente caso, de norma de eficácia contida. Tampouco há óbice legal quanto à implantação da gratificação objeto da lide, não havendo justificativa para restringir sua efetivação.



178
10

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Compulsando os autos, constata-se que o argumento usado pela Administração Pública para não cumprir a letra da lei é de que a implantação da referida gratificação é ato discricionário. No entanto, a Lei Municipal nº 1.886/00, no particular aqui analisado, não deixou margem para que a Administração pudesse decidir sobre as condições de sua aplicação.

Registre-se, pois, que o artigo 57, inciso II, da Lei alhures mencionada, vinculou a Administração ao conceder tal benefício, não tendo como cabida as divagações a fim de não efetivar o disposto em lei.

Nesse sentido, é de grande valia a transcrição de um trecho da obra de Maria Sylvia Zanella Di Pietro que muito bem elucida o presente caso:

"No entanto, esse regramento pode atingir os vários aspectos de uma atividade determinada; neste caso se diz que o poder da Administração é vinculado, porque a lei não deixou opções; ela estabelece que, diante de determinados requisitos, a Administração deve agir de tal ou qual forma. Por isso mesmo se diz que, diante de um poder vinculado, o particular tem um direito subjetivo de exigir da autoridade a edição de determinado ato, sob pena de, não o fazendo, sujeitar-se à correção judicial." (grifos originais) (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo, 15ª edição, Atlas, 2003).

Não há, portanto, que se falar em valoração de oportunidade e conveniência, posto que, *in casu*, a lei fixa os parâmetros a serem seguidos pelo ente municipal.

A respeito deste tema, colaciono aresto deste Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE GUARDA MUNICIPAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 911/03. ÔNUS DA PROVA. ART. 333, II, DO CPC. VANTAGEM DEVIDA. APELO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1.O apelante logrou comprovar através da exordial ser guarda municipal de Pesqueira de modo a fazer jus à gratificação de exercício prevista no art. 2º da Lei Municipal n.º 911/2003, no percentual de 25% do valor de seus vencimentos. 2.O ônus da prova incumbe ao demandado quanto aos fatos modificativos, impeditivos e extintivos do direito do autor, conforme dispõe o art. 333, II, do CPC, não tendo a municipalidade comprovado a revogação da norma invocada, tampouco que o servidor não vinha exercendo efetivamente suas atividades. 3.Apelo provido



179
70

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

para reconhecer o direito do apelante a receber a citada gratificação mediante implantação em folha de pagamento, com efeitos retroativos à data da vigência da mencionada norma, incidência de correção monetária unificada de cada mês devido, juros de mora à razão de meio por cento ao mês, invertido o ônus da sucumbência. 4.Com o trânsito em julgado, baixa dos autos ao juízo de origem para implantação do benefício e oportuna execução contra a fazenda pública do saldo devedor a ser apurado, nos termos do art. 730 do CPC. 5.Decisão unânime. Apelação nº 0001181-83.2005.8.17.1110 (202407-1) - Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto - 8ª Câmara Cível - Julgamento: 17/12/2009.

Quanto ao termo final da condenação, procedeu acertadamente o juiz de piso ao limitar o débito até o efetivo pagamento do direito que, no presente caso, ocorreu a partir de Abril de 2007, conforme atestam as fichas financeiras às fls. 100/103. Assim a condenação terá como termo *a quo* o mês de março de 2004 e termo final março de 2007.

Quanto à carga honorária, em se tratando das verbas sucumbenciais, considere que a condenação dos honorários advocatícios no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação foi excessiva. Senão vejamos.

Pois bem, nas causas em que for vencida a Fazenda Pública, o arbitramento das verbas honorárias deve ser feito mediante apreciação equitativa do magistrado, na forma do disposto no art. 20, § 4º, do CPC, atendidas as normas contidas nas alíneas do parágrafo antecedente, não se submetendo o julgador aos parâmetros percentuais indicados no §3º, do mesmo artigo, podendo ser estipuladas, inclusive, aquém ou além daqueles limites, bem como em valor certo, não percentual.

Deve a atividade do hermeneuta, no arbitramento dos honorários sucumbenciais, ser sempre pautada pela observância dos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, para o fim de estabelecer um quantum que, ao passo que valore a dignidade do trabalho do advogado, não consubstancie causa de enriquecimento desmedido.

Desta feita, considerada a pequena complexidade da causa, o trabalho desenvolvido pelo patrono do autor nos autos, e, sobretudo, o critério de equidade, entendo como adequada a redução, já procedida em sede de apelação, dos honorários advocatícios para 5% (cinco por cento) do valor da condenação.

4



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Diante do exposto, nego provimento aos presentes recursos de agravo, para manter incólume a decisão hostilizada, por seus próprios fundamentos.

É o voto.

Recife,

02/05/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator